

Governadores ainda acreditam que o plenário reformule mandato e sistema

Telefoto de Silvio Correa

SÃO PAULO — A maioria dos Governadores acha que as decisões da Comissão de Sistematização, que aprovou os quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney e a implantação do parlamentarismo em março de 1988, serão derrubadas pelo Plenário da Constituinte. São dessa opinião, os Governadores de São Paulo, Orestes Quêrcia; de Minas, Newton Cardoso; do Paraná, Alvaro Dias, e de Santa Catarina, Pedro Ivo. Já Miguel Arraes, de Pernambuco, considera que se deve ser acatada a decisão da Comissão de Sistematização.

Na opinião do Governador Orestes Quêrcia, a redução do mandato presidencial para quatro anos e a escolha do presidencialismo como forma de governo sairão vitoriosos por uma tendência que se esboçará no Plenário da Constituinte, que é quem dará a palavra final sobre esses assuntos. Pessoalmente, afirmou o Governador de São Paulo, ele continua defendendo os cinco anos de mandato para o Presidente Sarney.

Até o final da semana passada, Orestes Quêrcia disse que tinha dúvidas sobre a vitória da tese dos quatro anos aprovada ontem pela Comissão de Sistematização. O Governador, entretanto, revelou que o Deputado Ulysses Guimarães o havia advertido o sobre a ampla possibilidade desta tese sair vitoriosa. Por isso, Quêrcia disse não estar supreso com a decisão e nem acha que Presidente tenha saído desgastado do episódio:

— Isto tudo faz parte do jogo democrático. A lógica determina que o período de mandato para o Presidente Sarney deve ser de cinco anos, até para não atrapalhar o processo das



Quêrcia espera que a decisão caia no plenário

constituições estaduais. Mas, em política, a lógica nem sempre faz sentido e, por isso, devemos acatar a decisão desta etapa do processo constitucional.

Demonstrando satisfação com a aprovação do mandato de quatro anos, o Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, disse que a ele não cabe concordar ou discordar sobre a decisão da Comissão de Sistematização, mas apenas acatá-la. Esta, na opinião de Arraes, deveria também ser a posição da população, pois a "Assembléia Constituinte é soberana".

Para o Governador de Pernambuco, a figura do Presidente Sarney não está em discussão. Arraes acha que como a Constituinte é soberana e Sarney um democrata, o Presidente vai acatar a decisão:

— Eu sempre defendi o entendi-

mento para chegarmos a um ponto de convergência na Constituinte. Esta foi apenas uma votação. Outras virão e, espero, através de um entendimento daqueles que querem realmente tirar o País da crise — afirmou Arraes.

A satisfação de Arraes contrastou com a irritação do Governador de Minas, Newton Cardoso, que garantiu que continuará a lutar pelos cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney. Para Newton, se prevalecer a tese de quatro anos e o sistema de parlamentarista, seis meses após a promulgação da Constituição "o doutor Urutu assumirá este País outra vez". O Governador de Minas recebeu ontem à tarde um telefonema do Presidente Sarney, em sua fazenda no município de Prata. Ele assegurou que Sarney, apesar de contrariado, mantém a esperança de reverter o quadro atual no Plenário.

A esperança do Presidente é compartilhada pelo Governador do Paraná, Alvaro Dias, outro defensor dos cinco anos. Mas, se o Plenário mantiver a decisão da Comissão de Sistematização, Alvaro Dias ainda vê uma última esperança: a convocação de um plebiscito para referendar ou não os quatro anos de mandato para Sarney. Outra medida exigida por Alvaro Dias é a redução dos mandatos do constituintes pelos próprios deputados.

Também o Governador Pedro Ivo, de Santa Catarina, tem esperança de que o Plenário da Constituinte altere as decisões da Comissão de Sistematização. Ivo disse que levantamentos feitos entre os constituintes dão a vitória da tese dos cinco anos no Plenário. O Governador de Santa Catarina acha que os cinco anos para o Presidente Sarney são o ideal por causa da "crise econômica muito séria" e que uma eleição presidencial em 1988 para lisaria a economia do País.

O Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, não foi encontrado ontem. Seu assessor, Carlos Sávio, informou, no entanto, que ele não iria falar sobre a aprovação dos quatro anos de mandato. A mesma atitude teve o Governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, que se recusou a comentar a decisão da Comissão de Sistematização.

Amato não se anima e pede decisão política

SÃO PAULO — "Sempre fui parlamentarista, mas hoje não sou, não há instituições atualmente no Brasil que possam garantir esse regime no País", comentou o Presidente da Federação das Indústrias no Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, sobre a votação de ontem na Comissão de Sistematização.

Amato disse que os empresários não tratam de assuntos políticos em nível de federação e que lhe é indiferente se o mandato do Presidente for de quatro ou cinco anos.

— Todas as dificuldades que enfrentamos decorrem principalmente das indefinições políticas. Queremos uma definição da política social, de saúde e econômica, para podermos trabalhar. Do jeito que está não dá mais e, até que haja a votação final do plenário da Constituinte, não teremos as regras de trabalho necessárias.

O Diretor-Superintendente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, acredita que as pressões do Planalto ocasionaram a derrota política de Sarney. Ermírio acha que ele foi inábil ao ameaçar os constituintes com retaliações de caráter clientelista, caso não optassem pelos cinco anos.

— Creio que agora não será fácil alterar essa decisão no plenário, que deverá deliberar sobre a opção feita pela Sistematização. É uma mudança que deve alentar as esperanças da população que está absolutamente insatisfeita com o Governo — disse Ermírio.

O empresário reafirmou que as eleições para a Presidência da República por si só não resolveriam a crise político-econômica e institucional, mas o pleito no ano que vem deve ser majoritário. Acredita que poderiam surgir lideranças capazes de propor saídas para a crise.

O Presidente das indústrias Trol, ex-Ministro da Fazenda Dilson Funaro, fez restrições à escolha do parlamentarismo. Considerou a redução do mandato um marco no término da transição democrática.